



História oral de mulheres do futebol brasileiro através da memória de mulheres não brancas nascidas no Norte e Nordeste do Brasil

Natália Silva¹

Resumo

A presente pesquisa visa contribuir para a construção da história oral de personagens do futebol brasileiro, observando aspectos relacionados à interseccionalidade raça-gênero e às particularidades nas trajetórias das mulheres não brancas que nasceram no Norte e Nordeste brasileiro. Especificamente, a proposta é evidenciar as diferenças e similaridades entre as narrativas coletadas, relacioná-las aos contextos sócio-históricos em que estão inseridas, visibilizando a história a partir de grupos interseccionais socialmente marginalizados. A metodologia da história oral foi escolhida, justamente, por possuir uma relação íntima com estudos que pretendem evidenciar a importância de trajetórias que comumente não aparecem na história oficial. Para a realização do estudo, foram utilizadas entrevistas com jogadoras da Seleção Brasileira, realizadas em 2015, presentes no acervo do Centro de Referência do Futebol Brasileiro.

Palavras-chave: futebol; mulheres do futebol; interseccionalidade; regionalidade; história oral.

Introdução

A história do futebol brasileiro é contada quase que majoritariamente pelas perspectivas da inserção do esporte no Sudeste do país. Atualmente, já existem muitas produções sobre o futebol em outras regiões, mas o imaginário que foi construído precisa de mais conteúdo para que haja uma mudança real. No que diz respeito ao futebol de mulheres no Nordeste, mais especificamente, Barreto e Leal (2021) afirmam que a falta de investimento, aliada à falta de mulheres em cargos de gestão dos clubes e federações e à falta

¹ Jovem pesquisadora do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, do Museu do Futebol, no ano de 2022. Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.



de visibilidade para os clubes nordestinos, são algumas das características que dificultam o desenvolvimento da modalidade na região. A situação da região Norte apresenta-se ainda mais complexa, haja vista a atual invisibilização do futebol praticado naquele local, a nível nacional, apesar de a região já ter sido referência em relação aos clubes de futebol feminino, como o Iranduba e o 3B da Amazônia. É importante observar que o futebol masculino enfrenta alguns dos mesmos problemas, em boa parte das duas regiões, tendo o Nordeste alguns times que ainda atuam pela Série A com algum destaque.

A teoria da interseccionalidade diz que mulheres negras vão ser duplamente desfavorecidas pela estrutura social racista e misógina. Segundo Gonzalez (2020), o privilégio racial é uma característica tão marcante na sociedade brasileira que coloca em situação de privilégio mesmo os que não são proprietários dos meios de produção, quando o assunto é o acesso ao mercado de trabalho, por exemplo. Se considerarmos ainda as diferenças de estruturação dos futebolis de homens e mulheres no Brasil, um abismo é formado entre as oportunidades recebidas por homens brancos e mulheres negras para que tenham acesso às profissões ligadas ao futebol.

Além de acesso à oportunidade, há todo um imaginário criado, e sobre isso Kilomba (2019) afirma que, ao terem suas vidas contadas por pessoas de outra raça e gênero, as mulheres negras se tornam objeto e não sujeito de suas próprias histórias. De modo que contar a história através da perspectiva negra é fundamental para que a herança do colonialismo seja superada, em relação à escravização de pessoas. hooks (2019) complementa evidenciando que não há como acabar com o racismo e os ideais de supremacia branca, enquanto não houver mudanças fundamentais nas estruturas das culturas, principalmente a parte em que as imagens e ídolos são construídas.

É justamente sobre essas bases que a presente pesquisa se justifica. Meu objetivo aqui é contribuir para a construção da história oral de personagens do futebol brasileiro, observando não só os aspectos da interseccionalidade raça-gênero, mas também as especificidades das trajetórias de mulheres não brancas que nasceram no Norte e Nordeste do Brasil. Especificamente, objetiva-se evidenciar as diferenças e similaridades entre as histórias coletadas, relacionar as histórias aos contextos sócio-históricos em que estão

inseridas e documentar a existência de mulheres não brancas nortistas e nordestinas em espaços em que elas são minorias e muitas vezes tidas como inexistentes, devido ao fato de o futebol brasileiro ter uma concentração de estruturas e de narrativas históricas no Sul e Sudeste do país. Seus nomes são conhecidos, mas não são associadas aos lugares ou grupos aos quais pertencem.

Esta pesquisa foi pensada a partir do olhar minucioso para o acervo do Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), do Museu do Futebol, ao qual tive acesso após ser selecionada no Edital de Seleção de Jovens Pesquisadores(as). Na oportunidade, optei por trabalhar com fontes orais por já ter experiência de pesquisa com esse tipo de fonte através do projeto de autoria própria chamado *A Negra no Futebol Brasileiro*, a partir do qual até o momento já compartilhei na internet a história de dezenas de mulheres negras brasileiras que atuam em diversas áreas do futebol.

Não é apenas um “defeito de cor”

À medida que a noção moderna² de globalização foi se consolidando ainda mais, após o advento da rede mundial de computadores, construiu-se a ideia de que o mundo realmente estaria organizado numa grande aldeia global, apesar de esse conceito ter sido elaborado ainda em meio ao domínio dos meios de comunicação de massa. Para se ter uma ideia, o conceito de aldeia global é de 1964 e a primeira Copa do Mundo de Futebol Masculino transmitida com imagens coloridas foi a de 1970, no México.

O fato é que ainda em 2000, no livro *Por uma Outra Globalização*, bem antes de a internet se tornar o que ela representa para sociedade atual³, o geógrafo Milton Santos já alertava para o fato de que a noção de uma globalização que encurtava as distâncias entre todos os habitantes da Terra é equivocada.

² A noção antiga de globalização levava em consideração o avanço tecnológico dos meios de transporte. Assim foi possível que as pessoas circulassem por diversas partes do mundo, marcando um período colonizador por parte de grandes potências econômicas. A moderna também leva em conta os meios de transportes, que evoluíram muito ao longo dos séculos. Agora associados, principalmente, à difusão de informação de forma instantânea.

³ Entre o advento da rede mundial e o que podemos fazer hoje com a internet existe um abismo. Milton Santos escreveu num contexto mais próximo ao advento.

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. (SANTOS, 2000, p. 9).

O Brasil, como país de dimensões continentais que é, sempre foi a reunião de diversos Brasis desiguais. Oliveira (1993, p. 45) disse que as grandes diferenças regionais, na verdade, nada mais são do que frutos de uma situação mal resolvida na formação da unidade nacional. No que diz respeito às duas regiões trabalhadas por esta pesquisa, ele aponta que àquela época, por exemplo, era evidente a falta de interesse de intelectuais de outras regiões em observar de fato as Questões Regionais, estudadas basicamente por nordestinos. Quando muito existia um interesse pela Amazônia, do ponto de vista da preocupação ecológica.

Em relação aos estudos sobre futebol, não deixa de ser uma realidade ainda vigente, haja vista a necessidade da criação de grupos como a Rede Nordestina de Estudos em Mídia e Esporte (ReNEme), articulação de pesquisadores nordestinos visando a troca de ideias, debates e formação de parcerias (RENEME, 2020), e do Setor Norte — Futebol e Ciência, grupo de pesquisa que reúne “profissionais que torcem e/ou jogam futebol e que se uniram para refletir sobre os futebolis praticados na Região Norte do Brasil” (SILVA, FREITAS e LEITÃO, 2022, p. 6).

A questão regional é preponderante no acesso a oportunidades de crescimento pessoal e profissional no Brasil. Considerando principalmente, mas não só, tudo que envolve o que representa a nação, a estrutura do futebol brasileiro foi se construindo e consolidando ao longo dos anos em uma estrutura que privilegia em muitos aspectos os times do Sudeste e Sul do país. É perceptível seja no futebol masculino ou feminino, sendo que para o feminino as diferenciações são ainda mais gritantes. Vejamos como foi para Marta Silva:

[...] surgiu, aos 14 anos, a oportunidade de vim pro Rio, de treinar no Vasco, de enfim me mostrar pra o Brasil, né? Porque em Alagoas um estado muito pequeno, a cidadezinha que eu, que nasci, com 12 mil habitantes, só o

peçoal da região que me conhecia ali então era uma oportunidade de eu me mostrar o Brasil e quem sabe possivelmente chegar à seleção e ter a oportunidade de jogar uma Copa do Mundo. Enfim, me apresentar ao mundo, então foi que começou [...]. (SILVA, 2015).

Só que não há como falar sobre desigualdades e privilégios na sociedade brasileira sem pensar na base do que a moldou, os mais de três séculos de escravização institucionalizada de pessoas negras. Há que se considerar, ainda, o genocídio, que também começou com escravização, dos povos indígenas que já habitavam o território do país antes mesmo da colonização portuguesa.

Por muitos anos, o racismo decorrente da escravidão foi discutido como uma ação individual de algumas pessoas brancas que continuariam a se sentir superiores aos não brancos, principalmente negros e indígenas. Com o aprofundamento dos estudos, o que se percebeu é que mais do que ações individuais ou institucionais, o racismo é estrutural na sociedade brasileira, sendo a regra e não a exceção. Por fim, esse pensamento foi sistematizado pelo teórico Silvio de Almeida (2019), o qual, inclusive, começa o próprio livro, *Racismo Estrutural*, falando sobre como o conceito de raça é totalmente mutável, sendo um termo em constante disputa.

E por que eu trago essa questão da disputa aqui? O ser indígena foi alvo de consulta em muitos estudos para ser inserido neste artigo exatamente por conta disso. Os povos originários são diversos, com tradições e entendimentos próprios, o que são escritos sobre eles também. Tudo se torna ainda mais complexo quando a gente se lembra de que o processo de miscigenação e tentativa de branqueamento da população brasileira foi o que fez com que o país tivesse 46,8% de autodeclarados pardos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). É o dado mais recente que temos, já que o Censo que seria realizado em 2020 está em curso atualmente e o último foi o de 2010.

Como já é de conhecimento amplo, hoje, pardos e pretos são considerados negros pela categorização do IBGE, formando assim 56,2% da população brasileira. Essa forma de definição foi fruto de uma disputa importante do Movimento Negro Unificado (MNU) na década de 1970, reforçada pelos estudos de Hasenbalg (1979) e Silva (1980), que no decorrer

dos anos foi ganhando credibilidade (GUIMARÃES, 2003). Ainda assim, o fato de ter se estabelecido como a forma “correta” de se definir não quer dizer que é aceita de forma unânime.

Segundo Aureliano e Santana (2021), existem pessoas pardas no Norte que não necessariamente concordam com essa definição porque acreditam que ela provoca “apagamento das populações indígenas na formação nacional e a continuidade da existência destes na composição social dos estados brasileiros”. A diversidade de pensamento sobre o ser indígena que já foi citado se faz presente justamente aqui, pois tem pessoas no país que não são brancas, mas não se autodeclararam indígenas por uma questão cultural e de vivência, provavelmente.

É o que aconteceu com a autodeclaração da jornalista e ex-jogadora de futebol Alline Calandrini, cujo depoimento é utilizado neste estudo. Ela se autodeclarou como parda, mas explicou que genealogicamente a sua descendência é de portugueses e indígenas em ambos os troncos familiares, sendo impossível assim a associação de cor à raça negra. Beltrão, Oliveira e Oliveira (2009) explica que em seu estudo havia autodeclarações indígenas por genealogia, em casos semelhantes, em que pessoas cujos depoimentos eram trabalhados por eles, não possuíam a ligação de vivência com comunidades indígenas, mas tinham a referência genealógica de ancestralidade, reconhecendo a influência de outras culturas como a portuguesa. A diferença é que ali as pessoas se autodeclararam indígenas, o que não é o caso de Alline.

Ademais, é importante pontuar que o feminismo negro historicamente denuncia em seus posicionamentos políticos e teóricos que o racismo e o sexismo se articulam provocando experiências discriminatórias únicas para mulheres negras (AKOTIRENE, 2018). Esses posicionamentos deram base para teoria que foi nomeada e conceituada pela estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), que afirma que a abordagem por um eixo único, por exemplo a raça ou gênero, invisibiliza as mulheres negras (e podemos dizer o mesmo no contexto brasileiro no que tange às indígenas) na conceituação, identificação e combate às iniquidades raciais e de gênero. A teoria da interseccionalidade concebe a existência de uma matriz colonial moderna cujas relações de poder estão entrelaçadas e são interdependentes

(AKOTIRENE, 2018; COLLINS, 2015). Neste estudo, tenho como enfoque as relações de poder ligadas ao gênero, raça e região de nascimento, mas outras questões são igualmente importantes a exemplo das de classe social e orientação sexual.

Como o estudo foi realizado

Para a elaboração deste artigo, utilizei os procedimentos da História Oral para conhecer a atuação e a trajetória pessoal dessas mulheres, além de suas perspectivas a respeito do referido esporte. De acordo com Thompson (2009), a metodologia citada é, essencialmente, interdisciplinar e tem um grande potencial para estabelecer trocas de conhecimento.

[...] a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas. (THOMPSON, 2009, p. 8).

Há uma relação íntima da história oral com estudos que pretendem evidenciar a importância histórica de trajetórias que comumente não aparecem na história oficial. Thompson (2009) ainda acrescenta o fato de que a metodologia é importante para conhecer a história de mulheres e que, a partir dela, é possível construir uma memória nacional mais rica e um futuro mais democrático para as nações. Segundo Oliveira Alves (2016), é necessário frisar que o trabalho com fontes orais não despreza a utilização de documentos escritos porque a História Oral reconhece a necessidade de manter um diálogo com outros tipos de documentos.

Complementando, Cruzeiro (2018, p. 7) diz que ela “fornece informações cuja riqueza e complexidade não só complementam, mas podem até corrigir o carácter lacunar, polimórfico ou mesmo falso do documento”. Há que se considerar ainda seu potencial de trazer informações que não estavam descritas, não só sobre o fato relatado pelo documento, como informações do contexto em que ele foi escrito, podendo agregar uma nova perspectiva sobre o acontecimento em estudo.

Para Cruzeiro (2018, p. 7), a História Oral devolve “vida à História, através da acção de homens e mulheres de carne e osso. Sem essa presença humana, a História é um relatório sem alma, fria sequência temporal de factos e datas”. Segundo ela, isso faz com que estejamos mais próximos aos fatos porque a memória individual é indispensável para os acontecimentos que não seguem o curso normal da história de longa duração, como as revoluções que abalaram as estruturas sociais vigentes. Em relação à utilização dessa metodologia nos estudos dos esportes, Tonini (2019) afirma que é possível dizer que essas pesquisas já estão consolidadas nas ciências humanas e que os referidos procedimentos possuem um papel cada vez maior.

Em seu *Manual de História Oral*, José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) diz que a metodologia possui “quatro etapas principais e nítidas, ainda que eventualmente complementares”: elaboração do projeto, gravação, confecção do documento escrito e eventual análise, além de uma devolução do produto, que seria uma espécie de retorno para a comunidade da qual os relatos foram colhidos. Teoricamente, esses passos teriam que seguir nessa ordem, mas aqui trabalhei a metodologia a favor das entrevistas que já se encontravam, desde 2015, no acervo do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, o que influencia diretamente tanto no modo como este artigo foi se construindo, como no resultado final.

Sendo minha experiência prévia como pesquisadora relacionada ao estudo de história de vida, através da história oral de mulheres negras, assim como o estudo da história do tempo presente do futebol através dessa mesma perspectiva, escolher as entrevistas de mulheres negras, entre as disponíveis no acervo, para realizar meu estudo, foi uma escolha óbvia, tanto que resolvi escrever exatamente do local racial e geográfico onde estou: mulheres negras nordestinas. No entanto, pensando melhor dentro do que foi abordado no referencial teórico, cheguei à mesma ideia que Aureliano e Santana (2021, p. 16) já haviam escrito: “Falar de Nordeste sem falar sobre os Indígenas seria ignorar a realidade racial da região”. Do mesmo modo, consegui colocar o Nordeste e o Norte agrupados ao observar o acesso ao futebol profissional feminino no Brasil, e por isso decidi estudar histórias de mulheres negras e indígenas dessas duas regiões brasileiras.

A princípio, tive o entendimento de que precisava ao menos de dez entrevistas, divididas de forma proporcional entre regiões e raça/cor. Isso demandaria a utilização de entrevistas externas às do acervo, o que tornaria tudo ainda mais complexo, considerando os aspectos da aplicação da metodologia, como apontados por Meihy (2005). Mas, durante as reuniões de orientação, chegamos à conclusão de que eu poderia trabalhar apenas com as duas entrevistas do acervo de forma mais aprofundada, buscando os elementos demandados pela complexidade dos temas e teorias aqui tratados.

Eu tive a informação, coletada à época da execução de meu projeto jornalístico, de que Alinne Calandrini seria indígena. No entanto, como a intenção era trabalhar com autodeclarações em todo o processo, e não tinha como saber se a primeira indicação era fruto de uma autodeclaração ou heteroclassificação, decidi entrar em contato com ela. No processo, outra pesquisadora falou com ela sobre esta pesquisa e me enviou a conversa, com sua autorização, em que ela informava ser parda com genealogia indígena, conforme já explicitado no tópico anterior. Por essa razão, decidi trabalhar com a denominação “não branca”, em respeito a sua escolha. Optar pela entrevista de Marta Silva foi natural porque já é uma informação pública que ela se autodefine como uma mulher negra nordestina. Sendo assim, não foi preciso confirmar nenhum dado, e pude prosseguir com a confecção do documento escrito.

Optei por transcrever quase literalmente tudo que foi dito pelas mulheres. As únicas alterações foram em palavras faladas de forma muito coloquiais, em que ajustei ortograficamente para evitar quaisquer tipos de constrangimentos, caso os textos sejam publicizados, já que ficarão disponíveis na íntegra no acervo do CRFB. Pessoalmente, eu gosto de trabalhar com as entrevistas inseridas ao longo de todo o texto, mas, dado o fato de não ter seguido a ordem lógica de escrever o projeto e entrevistar, não fez muito sentido para mim trabalhar sempre assim no presente artigo e só fiz algumas inserções. Como é comum nos trabalhos utilizando essa metodologia, conto a história contextualizando com fatos ligados à época em que estavam inseridas as memórias das entrevistadas ou discuto de algum modo as informações. No tópico seguinte, faço a análise da pesquisa como um todo e finalizo apresentando um produto que seria a devolutiva sugerida por Meihy (2005).

Memórias individuais e coletivas

A primeira lembrança que a atleta eleita seis vezes a melhor jogadora de futebol do mundo tem com o esporte são os campos de terra batida do interior do estado de Alagoas, em sua terra natal, Dois Riachos. Marta Silva conta que se divertia correndo atrás da bola quando ela saía do jogo dos adultos e era a única mulher entre os muito primos que se divertiam com a bola nos pés. Memória compartilhada com Alline Calandrini, que também se lembra de jogar com os primos, enquanto suas primas estavam “*tipo de shortinho, dançando É o Tchan*” nos aniversários da família.

A diferença é que a primeira lembrança marcante que Alline tem com o futebol é em Macapá, capital do Amapá, onde nasceu, mas não com a cidade em si e sim assistindo à Copa do Mundo de 1994 pela TV, quando a Seleção Brasileira masculina se sagrou tetracampeã mundial. Essa foi a 15ª edição do torneio masculino, enquanto isso a Federação Internacional de Futebol (FIFA) preparava apenas a segunda edição da versão feminina da competição, que viria a acontecer na Suécia, em 1995⁴. Só que essa não teve todos os jogos da Seleção Brasileira transmitidos em TV aberta para todo o Brasil.

[...] aí eu estava vendo umas fotos mais recentes, mais antigas ainda esses dias e eu me deparei com dois anos de idade segurando uma bola no meio dos meninos, já. Então, é antes do que eu imaginava, entendeu? Mas a lembrança direta, mesmo, eu tenho isso, na Copa de 94. (AZEVEDO, 2015).

Marta e Alline são da geração de mulheres que nasceram quando a regulamentação do futebol feminino ainda era uma criança em solo brasileiro, em 1986 e 1988, respectivamente. A modalidade foi regulamentada em 1983, apesar do decreto que a manteve proibida no país ter tido validade entre 1941 e 1979. Passar quase quarenta anos como uma coisa ilegal, proibida, digna de vergonha, trouxe resistência na inserção e normalização do futebol feminino na sociedade e as duas jogadoras sentiram isso desde sempre, mesmo que

⁴ Informações sobre Copas do Mundo, em suas modalidades masculina e feminina, foram retiradas do acervo do CRFB disponíveis na internet: <https://museudofutebol.org.br/acervo/>.

não houvesse uma explicação lógica para o estranhamento em serem mulheres que amam o futebol.

Marta conta que soube da época da proibição ao ganhar um jornal que tratava sobre o tema e conhecer outras atletas que foram pioneiras como profissionais na modalidade. No entanto, sempre houve resistência para que ela pudesse participar dos treinos. Sua família tinha muitos jogadores de futebol amador e até cuidavam de um time, o CSA de Dois Riachos, cujo nome faz alusão a um dos maiores times da história de seu estado, o CSA. Marta se considerava uma menina de sorte porque quando ela insistia para ir para o campo, no contexto familiar, seus primos diziam: “deixa ela aqui, a gente tá aqui, a gente cuida dela”.

Todavia, a situação era diferente quando ela queria até mesmo brincar com meninos na rua. Ali ela quem precisava se impor e conta que foi uma criança muito destemida, que brigava por seus direitos, chegando a “*sair nos tapas*” para poder jogar futebol. Tinha como lema que ia fazer aquilo porque também desejava, percebia o sucesso que obtinha, mas tem consciência de que era uma situação muito sofrida e que não deveria passar por tudo aquilo. Os comentários preconceituosos, contudo, não se restringiram à infância. Ela conta que quando foi jogar no Vasco da Gama:

A gente saía pra jogar jogos, Campeonato Carioca ou, enfim... E sempre tinha alguém que soltava uma piadinha, alguma coisa de mal gosto, né? Então, isso foi, foi muito intenso, mas por outro lado a gente, eu, eu absorvia aquilo e fazia com que tornasse algo motivacional. (SILVA, 2015).

Quando falo em profissionais do futebol feminino no Brasil, é sobre algo completamente diferente da modalidade masculina, ainda que saiba que nem todos os clubes oferecem a seus atletas o suporte que os gigantes da Série A do Brasileirão masculino. A questão no feminino é que, mesmo entre os grandes clubes, por muitos anos o pagamento era apenas ajuda de custo, fato que não permitia às atletas nem mesmo ter suas próprias casas, as obrigando a viverem em alojamentos em razão das dificuldades financeiras. Mas falaremos disso mais adiante.

Em relação aos insultos ou dificuldades por ser mulher, Calan, como Alline Calandrini ficou conhecida ao longo de sua carreira, se restringe a falar que existia uma ou outra brincadeira ruim por jogar em meio aos homens. Isso se dava, segundo ela, por não existir escolinhas de futebol feminino disponíveis para que ela participasse. Em contrapartida, diz que alguns de seus companheiros afirmavam que ela iria “*dá o que falar*”. É importante perceber que as duas jogadoras não se tornaram profissionais do futebol em suas respectivas regiões. Ambas precisaram ir para o Sudeste para conseguir oportunidades que abrissem os caminhos na profissão.

a) Tornando-se profissionais

Marta não contou muito bem como foi o processo de ida para o Rio de Janeiro, mas ela falou que o desejo de se tornar jogadora de futebol veio da vontade, necessidade, de ajudar a família. Como o futebol era algo que ela sabia que podia fazer bem, foi para onde se direcionou, mas nem tudo foi fácil. Além do que já foi abordado, dos xingamentos, de só receber ajuda de custo, quando tudo parecia se estabilizar no Vasco da Gama, o time feminino do clube foi encerrado. Ela não queria voltar para o Nordeste, para Alagoas, para Dois Riachos, uma cidade de 11 mil habitantes, um local onde seria quase impossível de ser vista pelo mundo do futebol.

[...] eu ainda permaneci no Rio, tipo, mesmo não tendo mais um time feminino, tinha a supervisora do Vasco, na época a Helena Pacheco, que brigou pra me manter lá, que eu estava chegando já na Seleção Sub-19, seleção adulta. Então, eu fiquei, fui ficando no Rio mais um tempinho, depois eu comecei a jogar, tipo, Campeonatos Paulista, pelo time de São José do Rio Preto, por exemplo, aí eram dois, três meses. Aí fui pra Belo Horizonte, fiquei um ano e um pouquinho em Belo Horizonte, joguei no Santa Cruz lá de Belo Horizonte e aí a gente jogou o campeonato mundial, Copa do Mundo, em 2003. (SILVA, 2015).

Calan compartilhou que para ela não era apenas uma questão de não ter oportunidades localmente para jogar, simplesmente não sabia sobre a possibilidade de poder jogar futebol profissionalmente no Brasil. Ela achava que, para ser jogadora, teria que ir para os Estados

Unidos, já que não via notícias sobre a modalidade sendo praticada em nosso país, nem mesmo na televisão, só em época de Olimpíadas. Ela explicou que, na TV, via basicamente o Campeonato Carioca Masculino em sua infância, e conhecia poucas pessoas ao seu redor que tinham acesso ao Campeonato Paulista. Tudo se modificou pouco depois de sua família se mudar para o Rio de Janeiro.

Eles foram fazer um passeio em Teresópolis e, a caminho do hotel, passaram pela Granja Comary, bairro onde fica o centro de treinamento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Estava acontecendo o treino de uma das Seleções Femininas, e seu pai não perdeu tempo, tratou de ir falar com um dos dirigentes para pedir uma oportunidade para Alline. Ela conta que, na ocasião, várias das meninas que estavam treinando se tornariam suas colegas no futuro.

Eles não deixaram de jeito nenhum, mas meu pai inventou uma história muito louca de Pororoca, inventou que... Enfim, ele conseguiu o espaço, que dessem uma olhada em mim. E conseguiu. De fato, assim, não toquei na bola, não fiz nada, né? Só que ao mesmo tempo eles não queriam interromper um sonho de uma menina que, sei lá, é do Norte, não tem oportunidade nenhuma. E aí eles me encaminharam pra São Paulo e aí minha vida mudou da água para o vinho. Fui morar com um monte de gente, com um monte de menina... Se eu tinha um quarto, dividia com mais cinco, seis, e minha vida mudou, assim, muito rápido. (AZEVEDO, 2015).

Apesar de compartilharem semelhanças entre suas existências, as histórias de Alline Calandrini e Marta Silva possuem características únicas, como é comum a todas as pessoas que dividem qualquer semelhança de marcador social. No entanto, antes de expor aqui o último tópico que trata exatamente sobre isso, gostaria de pontuar que ainda que tenha destacado o fato de elas não terem tido oportunidade em suas regiões, isso não significa a inexistência de Futebol Feminino nos respectivos locais. É da região Norte, por exemplo, o time bicampeão brasileiro feminino 1990/1991, o Sul América-AM (GLOBOESPORTE.COM, 2012).

b) Onde os caminhos se distanciam

Foi após a Copa do Mundo de 2003 que Marta teve a oportunidade de jogar na Suécia, ela conta que foi uma reviravolta em sua vida porque ela até estava na Seleção Brasileira, mas não era algo que durava o ano todo e isso fazia com que não pudesse ter uma estabilidade financeira. Aqui é importante ressaltar ainda que a equidade nos pagamentos por convocação às Seleções Masculina e Feminina só foi anunciada pela CBF em setembro de 2020 (CBF, 2020). Até a data da entrevista, Marta somava oito anos no país europeu e já tinha sido eleita por cinco vezes a melhor jogadora de futebol do mundo.

[...] eu fiquei cinco temporadas na Suécia. Depois disso, eu fui para os Estados Unidos, aí fiquei três anos nos Estados Unidos. A liga na época lá era, tipo, cinco, seis meses e tal, era mais ou menos isso. Então, dava pra conciliar, tipo, pra não ficar parado o restante do ano, aí eu vinha para o Brasil aqui e joguei no Santos um período aí, né? Nessa época aí, pra conciliar e depois voltava para os Estados Unidos. Aí depois desses três anos, voltei pra Suécia e tô lá até agora. (SILVA, 2015).

Marta afirmou acreditar que, em termos de qualidade das jogadoras, o Brasil tinha muito mais a oferecer. O problema era mesmo a estrutura porque, segundo ela, não dá para uma atleta se manter focada no time e nos compromissos com ele se não for profissional de fato. Mesmo que tenha uma renda extra de outro emprego, fazia toda diferença na Suécia todas terem contratos em que se estava escrito “Profissional de Futebol Feminino”. Ainda assim, ela disse não ter certeza de que não havia essa necessidade, em alguns casos, nesse país da Escandinávia.

Até hoje, anos depois, apesar de a situação do futebol de mulheres no Brasil ter melhorado muito, a circunstância ainda é a mesma em vários clubes. Elas são profissionais do futebol, mas não são de fato tratadas como tal, e isso dificulta muito a evolução da modalidade no país. Quando perguntada sobre sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, Marta sorriu e disse que estava guardada em Maceió. Naquela oportunidade, ela não descartou a possibilidade de um dia a ver assinada por um time Brasil.

A despeito de reconhecer as dificuldades da modalidade no Brasil, sobretudo por também ter passado pela situação de ver seu clube fechar as atividades da equipe feminina,

Alline quis deixar bem claro que bate “no peito com orgulho” por ser atleta da modalidade e ter conquistado tudo em sua vida através do futebol. Embora seja da mesma geração que Marta, Calan começou a pensar além mais cedo. Ela não saiu do Brasil — até o momento da entrevista tinha atuado pelo Santos e pelo Centro Olímpico e sabemos que antes de encerrar sua carreira jogaria pelo Corinthians —, optou por seguir seu estudo, mesmo que realizá-lo concomitantemente ao futebol tenha sido uma tarefa bem árdua.

[...] fiz um ano de Direito, não quis Direito, é, pensei em fazer Educação Física, não quis fazer Educação Física e acabei indo para o Jornalismo. É, faço Jornalismo há cinco, tava explicando lá embaixo, faço Jornalismo há sete anos, seis anos e não consigo terminar, continuo estudando, não paro. É porque, assim, eu faço um semestre, no segundo semestre a Seleção me convoca, eu perco. Campeonato, eu perco. Então, é difícil conciliar. Nunca parei, é difícil conciliar, mas eu me esforço e, é, a minha meta hoje é conseguir engrenar na minha faculdade, terminar ela no final do ano. (AZEVEDO, 2015).

Ela disse que, naquele momento, percebia que o corpo já começava a ficar cansado, então já pensava em se encaminhar para a adequação do que seria seu mercado de trabalho após a aposentadoria dos gramados. Ao mesmo tempo sabia que sua profissão ainda era como jogadora de futebol, então precisava manter o foco nas competições do clube que representava e na preparação da Seleção Brasileira para Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Alline também destacou que sabe que as mulheres que vieram antes entregaram uma modalidade melhor para a geração dela e que as dificuldades que ainda passavam eram para ver as meninas mais novas “lá em cima” a médio, a longo prazo.

Análises e caminhos a se seguir

Como dito na introdução, a pesquisa que gerou este artigo é fruto do Edital de Jovens Pesquisadores do CRFB, do Museu do Futebol, que propunha a utilização de seu acervo no desenvolvimento de estudos científicos e na confecção de um produto de divulgação científica dentro do tema escolhido para ser trabalhado. As entrevistas utilizadas foram realizadas na concentração da Seleção Brasileira Feminina, em 2015, e incorporadas ao acervo da instituição. O maior motivo do edital foi exatamente produzir conhecimento a

partir dele e incentivar outros(as) pesquisadores(as) a fazerem o mesmo. Experimentar um estudo de História Oral dessa forma chamou-me a atenção para a possibilidade de se revisitar documentos ainda mais antigos à luz de teorias mais modernas, como a interseccionalidade, de modo a buscar elementos que indiquem entendimentos sobre a forma como acontecimentos e relações eram tratados.

Outro aspecto muito importante deste estudo foi trabalhar com duas mulheres lidas como pardas, uma preta seguindo o critério estabelecido oficialmente pelo IBGE e outra que se autodeclara parda, o que para o mesmo órgão também significa “negra” (pretos/pardos), mas que possui origens indígenas. Em meio ao processo da pesquisa, em conversas com amigos, surgiu um questionamento entre eles, que imediatamente adicionei às minhas anotações: é mais difícil ser mulher negra ou indígena na sociedade brasileira? Corroboro o pensamento de Lorde (1983), de que não há como hierarquizar opressões. Assim como entendo que há nuances distintas do racismo até mesmo entre negros. No entanto, consigo perceber que ser mulher indígena carrega uma complexidade diferente no sentido do direito à existência nos diversos espaços da sociedade, e o futebol é um deles. Não se trata de uma corrida ou de um pódio, mas, repito, de diferenças entre experiências vivenciadas.

Considerando a influência desse esporte para nosso país, é um dos principais deles porque, por motivos que já são amplamente estudados, aos poucos os negros foram conquistando seu espaço na prática oficial do futebol brasileiro e quando o futebol de mulheres começou a ter espaço já era um tanto quanto óbvio que mulheres negras jogariam, temos várias delas entre as principais jogadoras profissionais na história da modalidade por mais que a participação não anule a ocorrência de racismo, mas e quanto às mulheres indígenas? A questão aqui é que do mesmo modo que existe o futebol universal, o dito “normal”, e o futebol feminino, existe também o “futebol normal” e o futebol indígena. Essa percepção fez com que esta pesquisa causasse algum tipo de confusão de entendimento, inclusive quando teve seus resultados parciais apresentados no 4º Simpósio Internacional de Estudos sobre Futebol. Uma pessoa do grupo de trabalho entendeu que eu estava estudando um futebol jogado especificamente por mulheres indígenas separado do futebol normal, que seria o jogado pela mulher negra.



Naquele momento, eu entendi que a observação não aconteceu de uma forma intencionalmente maldosa. A pessoa, inclusive, elogiou a escolha do tema de pesquisa e tudo que estava relacionado. No entanto, é assim que o preconceito e a discriminação se enraízam em nossa sociedade, na falta de naturalidade em se enxergar certos corpos em determinados espaços. Se é natural pensar que precisamos olhar sobre o modo como mulheres negras nortistas e nordestinas alcançam a profissionalização no futebol, mas não enxergam essa necessidade para as mulheres indígenas com a mesma naturalidade, está aqui um importante possível mote de pesquisa e, talvez, a resposta para o que o meu amigo questionou em nossa conversa, aplicando ao universo do futebol: O futebol é um ambiente mais hostil para mulheres negras ou indígenas se profissionalizar? Existem diferenças na forma como experienciam o racismo? E quando a intersecção entre raça e gênero ainda se associa com o local onde nasceram, as dificuldades aumentam? É provável que um artigo não daria conta de responder a essas questões ou nem mesmo uma pesquisa de curta duração, mas são encaminhamentos que podem ser trabalhados futuramente pelo Centro de Referência do Futebol Brasileiro.

No mesmo sentido, através dessas histórias poderíamos refletir: quantas craques do futebol o Brasil não perde por não ter um futebol de mulheres estruturado e por, praticamente, exigir que as meninas estejam em determinadas regiões para se profissionalizar, sem nem mesmo terem acesso a times de base para terem uma formação adequada na prática esportiva? Na última temporada tivemos pela primeira vez um time do Nordeste como campeão da Série A2 do Campeonato Brasileiro, sendo que vai jogar a primeira divisão no próximo ano. Isso com certeza é sinal de melhora, mas estamos falando de nove estados nordestinos e sete estados nortistas, ou seja, são muitas pessoas.

Finalizo questionando: quantas meninas não ousam nem mesmo sonhar com um futuro na modalidade exatamente por compreenderem as desigualdades regionais do local onde nasceram e por se conscientizarem das limitadas condições financeiras de suas famílias? Isso sentindo machismo e racismo, diariamente, em suas vidas. Aqui trabalhei com histórias que terminaram em sucesso, uma delas uma das maiores da modalidade, mas isso não demonstra que todo mundo pode conseguir se quiser. É lógico que temos que reconhecer o

mérito de Marta e Aline, mas a discussão não é sobre merecimento, é sobre o que o Brasil pode estar perdendo pela falta de políticas públicas eficazes e/ou gerenciamento adequado da modalidade no país.

Indo além da pesquisa científica

Um diferencial desta pesquisa é que, por força do edital ao qual está atrelada, necessariamente ela também deveria resultar em um produto de divulgação científica. Quando o primeiro projeto foi desenhado, a ideia era trabalhar com uma série de vídeos para as redes sociais, haja vista minha experiência prévia em transformar informações teóricas e históricas para esse tipo de linguagem.

No entanto, no decorrer ainda dos estudos iniciais, concomitantemente ao desenho do referencial teórico, eu comecei o Doutorado em Ciências da Comunicação. Durante o debate em uma das aulas, tive a ideia de trabalhar com algo que tivesse uma linguagem ainda mais visual e que atingisse um público com o qual eu ainda não tinha conversado, enquanto jornalista/pesquisadora, sobre futebol, racismo e interseccionalidade raça-gênero: o infanto-juvenil. A partir desse objetivo é que foi sendo construída a ideia de criar um jogo educativo, que pudesse ser disponibilizado no *site* do Museu do Futebol para ser baixado e utilizado tanto em escolas do ensino básico, quanto por qualquer pessoa com acesso à rede mundial de computadores.

Decidido o que fazer, comecei a escrever o que queria, as definições do jogo. Pensei em um conjunto de 25 cartas que possibilitasse três formas de jogar: Jogo da Memória, Super Trunfo e Adivinha Quem É? O objetivo da brincadeira é difundir conhecimento sobre o futebol brasileiro de maneira lúdica, alcançando as disciplinas de História, Geografia, Redação e Educação Física. O público-alvo pode ser todo o Ensino Básico, incluindo Educação Infantil e salas de Recursos Multifuncionais para alunos especiais.

Entre as 25 cartas, 11 pares fazem alusão à quantidade de jogadoras em campo, mais um par formado pelas duas bandeirinhas da partida e a carta coringa, que representa a árbitra. Em 11 cartas, aparecem ilustrações de jogadoras negras e indígenas, do Norte e Nordeste brasileiro, que compõem a história do futebol no país, entre elas Marta Silva e Alline

Calandrini, cujas trajetórias foram estudadas por esta pesquisa. Nas outras 11 cartas, aparecem informações sobre a mulher da carta correspondente. Na parte superior, o estado no qual ela nasceu, seu nome completo, a data de nascimento e a posição em que joga. Da metade para baixo, informações sobre a quantidade de vezes em que disputou algumas competições e quantos títulos tem de cada uma.

As competições escolhidas foram campeonatos estaduais, Copa do Brasil, Campeonato Brasileiro A1, Libertadores, Copa América, Olimpíadas e Copa do Mundo. A princípio, os estaduais não estariam inseridos, mas achamos por bem colocar porque algumas jogadoras poderiam não ter jogado tanto grandes competições, mas ter ampla experiência em diversos estaduais pelo Brasil, que são competições importantes no desenvolvimento do futebol feminino brasileiro ao longo da história. A opção por trabalhar com participação e títulos de competições foi por considerar que essa objetividade faria bem aos jogos e suas jogabilidades.

Para testar o primeiro protótipo, eu me reuni com o Núcleo Educativo do Museu do Futebol. Apesar de a ideia ser aprovada, as educadoras sugeriram acrescentar uma minibiografia na carta de ilustração, de modo que fosse possível trabalhar a argumentação do super trunfo de uma forma qualitativa sem deixar de possibilitar outras formas de jogar, por professores de redação, por exemplo.

É importante ressaltar que cada par de cartas tem uma pontuação: o das jogadoras é o número de suas camisas (se ela jogou pela seleção, o número na seleção será o escolhido; do contrário, vale o número nos clubes ou um deles), o par de bandeirinhas vale 5 e a carta da árbitra vale 11. O número aparece pequeno na carta. A carta coringa não tem par, apresentando a ilustração da árbitra escolhida com o nome e a informação da entidade em que ela é/foi registrada, a cidade/estado onde nasceu e sua minibiografia. O par de bandeirinhas segue a mesma lógica porque são pessoas diferentes.

Cada carta tem 14cmx10cm para que seja possível imprimir quatro cartas em uma folha A4. Caso haja uma versão física, o fundo das cartas será uma logomarca decidida em conjunto com *design* responsável ou, simplesmente, os logos do Museu do Futebol e do Centro de Referência do Futebol Brasileiro. O plano de fundo das cartas carrega cores

marcantes para que o jogo da memória possa ser trabalhado com crianças que ainda não saibam ler, mas com tons que não atrapalhem as que tenham dificuldades visuais, pensando a utilização em salas de recursos multifuncionais.

Após a reunião com o Núcleo Educativo, também ficou definido que, além da carta de regras, o jogo seria acompanhado por um folheto com explicações resumidas de cada competição descrita na carta de informações, fazendo a diferenciação entre os futebolis masculino e feminino e outro folheto falando sobre a interseccionalidade raça-gênero e o futebol. Aqui é pressuposto que se tenha muito cuidado para que a diferenciação entre as modalidades não tenha uma carga estereotipada ou minimamente depreciativa ao futebol de mulheres.

Para a confecção do jogo, foi preciso fazer uma catalogação com os dados necessários acerca de jogadoras negras e indígenas, nortistas e nordestinas. Isso se apresentou como a maior dificuldade do trabalho porque decidimos trabalhar com a autodeclaração, assim como ocorre com o censo demográfico do IBGE, e não com a heteroclassificação. No entanto, cheguei à conclusão que esse dado só serviria como base para a escolha das mulheres que seriam retratadas e para o banco de dados do CRFB porque se não faria diferença na jogabilidade, não tinha porque ter marcação de raça/cor na carta.

Por fim, o jogo educativo mostrou-se uma grande surpresa positiva dentro do processo do edital. Como disse, comecei o trabalho com a ideia de produzir uma série de vídeos para redes sociais e seguir com a minha linha de estudo e, apesar de também serem complexos por si só, optei por sair da minha zona de conforto. Foi a melhor opção. O aprendizado acabou sendo mais grandioso em todos os sentidos, e tive a oportunidade de executar uma ideia que antes parecia muito distante. Trabalhei com informação e educação através de jogos e incluí as mulheres indígenas dentro dos meus estudos sobre interseccionalidade.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2021.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

AURELIANO, Niara Oiara da Silva; SANTANA, Nara Maria Carlos de. Quem é pardo no nordeste brasileiro? Classificações de “Morenidade” e tensões raciais. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 27, p.94-117, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/53670>, Acesso em: 01 de novembro de 2022.

AZEVEDO, Alline Miranda Calandrini de [entrevista concedida a] Aira Bonfim, Camila Aderaldo e Pedro Sant’Anna [para o projeto] Visibilidade para o Futebol Feminino. Itu: Centro de Referência do Futebol Brasileiro; Museu do Futebol; Central 3, 01 jun. 2015.

BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa e OLIVEIRA, Leon da Costa. Outras Faces do Ser Indígena: Entre Pertencimentos e Exclusões. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 9-41, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspaçoAmerindio/article/view/10777/6988>. Acesso em: 03 de novembro de 2022.

CBF equipara diárias e premiações pagas às Seleções Brasileiras. **Confederação Brasileira de Futebol**, 2020. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/presidente-da-cbf-anuncia-equiparacao-das-diarias-pagas-as-selecoes-br> . Acesso em: 14 de novembro de 2022.

COLLINS, P. H. Intersectionality’s Definitional Dilemmas. **Annu. Rev. Sociol**, v. 41, p 1-20, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

CRUZEIRO, M. M. **Revolução, história e memória – O 25 de Abril e os desafios da História Oral**. E-cadernos CES [Online]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/3431>. Acesso: 15 de novembro de 2021.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Como trabalhar com raça em Sociologia. Universidade de São Paulo In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Olhares Negros: Raça e Representação**. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

JANUÁRIO, S. B.; LEAL, D. **Seleção Brasileira e futebol de mulheres no Nordeste: descaminhos de um mesmo problema**. Ludopédio, São Paulo, v. 144, n. 37, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LORDE, Audre. There Is No Hierarchy of Oppressions. Council on Interracial Books for Children New York, 1983. In: Lorde, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. Rizoma, 2013. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde/>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

OLIVEIRA ALVES, Maria Cristina Santos de. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. **IV Semana de História do Pontal/ III Encontro de Ensino de História: Política, Gênero e Mídia no Ensino de História**, Ituiutaba, 29 de novembro a 2 de dezembro, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. Estudos Avançados, 7(18), 43-63, São Paulo, 1993.

RENEME. **Passou da hora de difundir as pesquisas nordestinas sobre futebol!**. Ludopédio, São Paulo, v. 135, n. 35, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Felipe Carlos Damasceno e; FREITAS, Aline Meriane do Carmo de; LEITÃO, Luciney Araújo. Apresentação. In: SILVA, Felipe Carlos Damasceno e; FREITAS, Aline Meriane do Carmo de; LEITÃO, Luciney Araújo. (Orgs.). **Futebóis do Norte: Setor Norte - Futebol e Ciência**. Belém: RFB Editora, 2022

SILVA, Marta Vieira da [entrevista concedida a] Aira Bonfim, Camila Aderaldo e Pedro Sant'Anna [para o projeto] Visibilidade para o Futebol Feminino. Itu: Centro de Referência do Futebol Brasileiro; Museu do Futebol; Central 3, 01 jun. 2015.

SUL AMÉRICA-AM reúne campeões no aniversário de 80 anos do clube. **Globo Esporte.com**, 2012. Disponível em: <https://ge.globo.com/am/noticia/2012/05/sul-america-am-reune-campeoes-no-aniversario-de-80-anos-do-club.html>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

THOMPSON, Paul. (2009). História oral e contemporaneidade. **História Oral**, 5. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 21 de novembro 2021

4 ● Simpósio Internacional de Estudos sobre Futebol

TONINI, Marcel Diego. História oral e futebol: experiências de pesquisa com futebolistas brasileiros negros. In: Gattaz, A, Meihy, JCRB, Seawright, L (orgs.). **História oral: a democracia das vozes**. São Paulo, Pontocom, 2016.